

DESAFIOS DE EDUCADORES DIANTE DAS MUDANÇAS NO MODELO DE ENSINO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

Fernanda Martins Dias Escaldelai ¹
Adelita Martins Dias ²
Denise Pimentel Bergamaschi ³

INTRODUÇÃO

O novo coronavírus, ocorrido na China no final de 2019, afetou o Brasil em fevereiro de 2020 e logo se transformou em pandemia, tornando necessário seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde para prevenção da disseminação da doença, com adoção do isolamento social da população (OPAS, 2020).

Com isso, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, para não comprometer o ensino fundamental e médio, estabeleceu a adoção de aulas à distância na rede pública e particular de ensino por meio do uso de tecnologias de informática e comunicação (SÃO PAULO, 2020), uma vez que o Ministério da Educação autorizou a substituição de aulas presenciais por aulas à distância (BRASIL, 2020). Entretanto, há histórico de baixo investimento governamental em infraestrutura para o uso rotineiro de tecnologias educacionais nas escolas públicas e os professores geralmente possuem formação para ministrar aulas presenciais e envolver os alunos em atividades práticas e de laboratório.

Neste contexto, era esperado que estes profissionais encontrassem dificuldades para adequação ao formato de aulas à distância. Como a situação vivenciada é inédita na área da educação, os pesquisadores julgaram que seria de interesse identificar os desafios enfrentados pelos professores do ensino básico.

O objetivo deste estudo foi descrever as dificuldades encontradas por educadores das redes pública e particular no uso de tecnologias no ensino não-presencial e as formas de enfrentamento durante o início da pandemia de covid-19.

¹ Pós-graduanda do Programa de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - SP, fernandamartins@usp.br;

² Educadora da rede pública de ensino - SP, negradelita@gmail.com.

³ Docente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – SP, denisepb@usp.br.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de casos, realizado com professores dos ensinos fundamental e médio de uma escola pública estadual da periferia do município de São Paulo e de duas escolas particulares: uma na periferia e outra em região nobre da cidade. Trata-se de amostra não-probabilística de conveniência.

Realizou-se entrevistas semiestruturadas por *e-mail* em junho de 2020, questionando-se as dificuldades encontradas no uso das tecnologias no ensino não-presencial e as formas encontradas para superá-las. Os dados foram descritos segundo os principais temas identificados.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. A pesquisa foi realizada conforme os termos da Resolução CNS 466/12, tendo sido asseguradas a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes apresentaram idade entre 30 e 62 anos, sendo um do sexo masculino e dois do sexo feminino. Eram formados em Ciências Biológicas e Pedagogia e atendiam no mínimo uma turma de aproximadamente 30 alunos. Apenas um educador atuava em duas escolas privadas, atendendo 134 alunos do ensino médio e 98 do ensino fundamental II. Na rede pública, o educador (E1) trabalhava em uma turma do primeiro ano do ensino fundamental I; na rede particular, um educador (E2) trabalhava em turma do ensino fundamental II e ensino médio, enquanto o outro educador (E3) trabalhava apenas com turma do ensino fundamental II. Os participantes tiveram formação universitária completamente voltada para o método de ensino presencial. Durante a graduação, o uso das ferramentas computacionais era básico, incluindo editor de textos e navegadores de *internet* para elaboração de trabalhos acadêmicos.

Devido à pandemia de covid-19, foram iniciadas aulas não-presenciais nas instituições em que atuavam, com isso os participantes precisaram utilizar as tecnologias de informática e comunicação disponíveis. Os temas identificados nas entrevistas foram: (1) Tecnologias adotadas no início da pandemia por covid-19; (2) Dificuldades encontradas no ensino não-presencial e formas de superação.

Tecnologias adotadas no início da pandemia por covid-19

E1 relatou o uso dos seguintes aplicativos na escola em que atuava: *Google Duo*, para comunicação por videochamada com os gestores da escola; *Microsoft Teams*, para reuniões com participação dos gestores e dos professores; *WhatsApp*, para contato com os pais dos alunos por mensagens ou videochamadas, realização de aulas e envio de atividades de ensino; Secretaria Escolar Digital, para envio de atividades administrativas, como o diário de classe. A Secretaria da Educação disponibilizou aulas pela Tv Univesp, por uma rede social (*Facebook*) e Centro de Mídias da Educação de São Paulo, que inclusive destinou-se à capacitação dos professores para o ensino em plataforma virtual. Além disso, enviou, para as escolas, kits contendo livros didáticos de língua portuguesa e matemática, livros didáticos “Ler e Escrever” e EMAI (Ensino da Matemática nos Anos Iniciais), bem como gibis e livros de histórias para viabilizar o ensino em casa.

Já os educadores das escolas particulares relataram o uso do *Google Classroom* para ministrar aulas e postar materiais didáticos, *e-mail* para esclarecimentos de dúvidas e *Hangouts* para promover conversas rápidas com os alunos.

Com isso, nota-se o uso de diferentes ferramentas tecnológicas pelos participantes na tentativa de manter as atividades rotineiras no ensino não-presencial.

Dificuldades encontradas no ensino não-presencial e formas de superação

E1 relatou que uma das grandes dificuldades no uso dos recursos tecnológicos foi a falta de habilidade e treinamento para fazer *download* e utilizar os aplicativos disponibilizados em uma loja *online*. A superação foi alcançada com dedicação individual no aprendizado prático dessas ferramentas e compartilhamento de informações entre os professores. Posteriormente, a Secretaria de Educação publicou tutoriais para uso dessas ferramentas, o que contribuiu para a capacitação profissional e para trazer um certo alívio emocional.

Nas escolas particulares, os educadores relataram dificuldade para acessar *internet*, pois a conexão oscilava ao longo do dia, interferindo no andamento das aulas. Houve necessidade de aprendizagem para utilização das novas tecnologias, mas não foi relatado nenhum apoio institucional neste processo. O Ministério da Educação reconhece

a necessidade de capacitar os professores em novas tecnologias para adequada utilização desses recursos didáticos em sala de aula (BRASIL, 1996). Além disso, a capacitação permite que o docente aproveite melhor suas potencialidades no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos materiais pedagógicos, todos os participantes produziram atividades extras e videoaulas para postagem nas plataformas de ensino e nas redes sociais. E1 relatou a falta de familiaridade com o *WhatsApp* e de ambiente doméstico adequado para realização das gravações de vídeos. Por isso, a preferência foi a gravação de áudios de curta duração. Vale ressaltar que não fica garantida a autoria dos materiais publicados *online*. Neste aspecto, seria de grande utilidade se a Secretaria da Educação construísse uma base documental para alojar estes materiais de apoio ao ensino.

Todos os participantes mencionaram problemas na condução das aulas remotas. Na rede particular, as dificuldades foram manter os alunos com o microfone desligado e as câmeras abertas; falta de vídeo e áudio adequados para interação; assegurar que os alunos acompanhassem as aulas (por exemplo, alguns mantinham a conexão, mas não permaneciam em frente ao computador); evitar a presença de alunos não matriculados na escola. Na rede pública, E1 relatou que foi difícil orientar os alunos e acompanhá-los de perto, conduzindo um processo de alfabetização de maneira tão eficiente quanto no modo presencial por depender da qualidade das condições de comunicação pela *internet* e do auxílio dos pais dos alunos. As dificuldades dos pais em fazer *download* do volume de atividades enviadas também interferiu nesse processo. Percebe-se que, ao se adotar o ensino a distância, é imposto um novo ambiente de ensino que pode gerar dificuldades e tensões para professores, estudantes e seus familiares (LOPES e MELO, 2014).

Os educadores relataram dificuldades das famílias dos alunos em relação ao uso de tecnologias. E1 mencionou falta de sinal de *internet*; *internet* lenta na região de moradia; falta de *smartphone* em quantidade suficiente para a família e com capacidade para processamento dos dados obtidos pelos aplicativos. Algumas famílias possuíam apenas um aparelho de *smartphone*, ficando em posse dos pais que saíam para trabalhar, portanto, restringindo o acesso aos materiais pedagógicos. Já E2 relatou a mesma limitação, porém devido ao *home office* de alguns pais. Além disso, E1 mencionou que foram disponibilizadas aulas pela televisão aberta (Tv Univesp), mas alguns pais relataram que o sinal da emissora não era captado adequadamente, dificultando o acesso a esse meio de aprendizagem. Com isso, percebe-se uma desigualdade social no acesso

às ferramentas tecnológicas de ensino mais eficientes, comprometendo a qualidade e adesão ao novo formato de ensino pela maioria dos pais e alunos.

Nesse cenário, a carga de trabalho dos participantes aumentou, sendo dedicadas entre 12 e 16 horas por dia, incluindo atendimento de pais e alunos o dia inteiro. E2 relatou que, diariamente, eram respondidos em torno de 100 *e-mails* e ocorriam mais de 30 conversas dinâmicas por meio de *Hangouts*.

Um dos educadores (E1) mencionou que muitas vezes sentia uma pressão psicológica devido à dificuldade no uso das ferramentas e a obrigatoriedade no cumprimento de prazos para envio dos documentos administrativos. Já E3 relatou um sentimento de exaustão com a nova situação. Pesquisas mostram que transtornos emocionais são as principais causas de afastamento de professores, indicando a necessidade de reforçar políticas públicas neste tema (COSTA E SILVA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os educadores de escolas públicas e privadas encontraram dificuldades semelhantes no estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem eficiente no modelo de ensino não-presencial. Um desafio importante nesse cenário é a falta de *desktops* e *smartphones* adequados quanto à configuração e quantidade suficiente por família, bem como dificuldades do sinal de *internet*, que prejudicam a dinâmica das aulas e a comunicação com os alunos e seus pais.

A disponibilidade de recursos tecnológicos educacionais é grande e, de certa forma, os professores possuem autonomia para utilizar ferramentas mais acessíveis. A falta de formação e habilidade no uso de ferramentas pode ser superada com capacitação dos professores e é decisivo para que percebam o potencial de cada uma delas para auxiliar no alcance das metas de ensino (FONTOURA, 2018). Entretanto, a desigualdade social no uso das tecnologias educacionais por professores e alunos representa um fator a ser resolvido com o estabelecimento de políticas públicas apropriadas.

Percebe-se que os professores, ao desenvolverem as suas atividades de ensino em casa, extrapolam a sua carga horária na tentativa de atender às necessidades dos alunos, podendo até ser em detrimento de suas próprias condições física e mental. Assim, seria importante uma orientação de delimitação por parte dos gestores na tentativa de evitar problemas de saúde e licenças médicas dos educadores.

Os participantes não relataram a forma de interação entre os alunos. Deve-se considerar que o ensino vai além de apresentar o conteúdo e avaliação: deve incluir a relação social entre os alunos e destes com os professores para uma formação mais abrangente (FREIRE, 1987). A experiência de ensino à distância certamente irá contribuir para se repensar o uso das tecnologias no ensino presencial, tornando-o mais dinâmico.

Palavras-chave: Covid-19. Ensino básico. Ensino não-presencial. Uso de tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm>. Acesso em: 24 out. 2021.

COSTA, R.Q.F, SILVA, N.P. **Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental**. Pro-Posições. Campinas, SP, v. 30, e20160143, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOPES, P.M.A., MELO, M.F.A.Q. **O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção**. Psic. da Ed., São Paulo, 38, 2014, pp. 49-61.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020. Folha informativa. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em:
<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 24 out. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Seduc, de 18/3/2020, CEE 177/2020, que fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/confira-decretos-e-resolucoes-de-educacao-implementados-durante-pandemia/>>. Acesso em: 24 out. 2021.